



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE, REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E DOIS.-----

-----Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária sob a presidência do **Presidente da Mesa**, Raul Jorge Fernandes da Cunha, **Primeiro Secretário** José Manuel Gonçalves Domingues e **Segundo Secretário**, Maria de Fátima Pereira de Oliveira Caldeira. O **Presidente da Mesa** começou por informar que pediram a sua substituição os seguintes membros: Maria do Carmo Castro Fernandes Cunha, Rodolfo Ribeiro, Simão Oliveira Fernandes e Rosinda Alexandre Martins Triguinho, todos eleitos pela pela Coligação PCP-PEV, Cláudia Sofia Pereira Castro, Maria Mercedes Mendez y Pardo e Maria Conceição Alves Ferreira, todos eleitas pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”, Ânia Maria Magalhães Teixeira, eleita pelo PSD/PPD, Armindo Manuel Tavares Fernandes e Carlos José Santos Cunha, eleito pelo PS. Os Presidentes da Junta de Freguesia de Fafe, pelo seu vogal Marco Paulo Fernandes Freitas, da Junta de Freguesia de Cepães e Fareja, pelo secretário Vítor Manuel Ferreira Barbosa Leal, da Junta de Freguesia de Ribeiros, pelo vogal Albino Ricardo Pereira Rodrigues, da Junta de freguesia de Arões Santa Cristina, pela vogal Liliana Costa. Pediu suspensão de mandato, pelo período de 90 dias, Filipa Sofia Guedes Faria, eleita pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”, colocado à votação, foi aprovado, por unanimidade.-----

-----Tomaram assento os elementos que se seguem nas respetivas listas, por se encontrarem presentes na sala. Verificada a existência de quórum com a presença de quarenta e oito membros, pelo Presidente da Assembleia Municipal, foi declarada aberta a sessão, quando eram vinte e uma horas e trinta minutos.-----

-----Entrou-se no **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.**-----

- Moção por ocasião da Revolução de Abril, apresentado pela Coligação PCP/PEV, tendo procedido à sua leitura Alexandre Dias Leite, fazendo parte integrante da presente ata. Colocado à votação, foi **aprovada, por maioria, com uma abstenção.**-----

- Moção sobre o Dia Internacional do Trabalhador, 1 de maio, apresentado pela Coligação PCP/PEV, tendo procedido à sua leitura Alexandre Dias Leite, fazendo parte integrante da presente ata. Colocada à votação, foi **aprovada, por unanimidade.**-----



- Moção sobre a situação dos feirantes no concelho de Fafe, apresentado pelo PCP/PEV, tendo procedido à sua leitura Alexandre Dias Leite, fazendo parte integrante da presente ata. Colocada à votação, foi **aprovada, por unanimidade**.-----

- Voto de Pesar pelas vítimas da guerra na Ucrânia, apresentado pelo PCP/PEV, tendo procedido à sua leitura Alexandre Dias Leite, fazendo parte integrante da presente ata.

-----Solicitou a palavra **José Manuel Martins Ribeiro, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre**, referindo que essa proposta, a seu ver, era absolutamente consensual mas era muito “malandrecia” porque deveria acrescentar a condenação da invasão Russa à Ucrânia o que, de facto tinha acontecido, uma invasão de um país independente, e se assim for, votaria. Entendia que a Assembleia devia ir mais além, atendendo à natureza da agressão que era inqualificável.-----

-----Solicitou, também, a palavra **José Manuel Gonçalves Domingues, eleito pelo PS**, para dizer que parecia que a proposta tinha tudo para ser aprovado, mas ele não a ia aprovar por algumas razões. Primeiro, não era um voto de pesar, apenas estava no cabeçalho e não era transportado nenhum pesar para os mortos desta guerra, no texto da proposta. Segunda, o adoçar do que era uma invasão criminosa a um país soberano e dizer que era apenas uma intervenção militar, pedia desculpa, mas não concordava com essa terminologia. E porque, também, se estava a pedir a imediata extinção dos blocos militares, o que significava dizer acabar com a NATO, não era bem subliminar, pelo que iria votar contra esta proposta.-----

-----De seguida, usou da palavra da palavra **Nuno Vasco Moreira Lopes, eleito pelo PSD- PPD** para dizer que só votariam a favor se fosse incluído a proposta a condenação da invasão da Ucrânia por parte da Rússia, e também, teria que ser retirado da mesma parte das sanções que eram referidas que prejudicavam o povo e os trabalhadores.-----

-----Usou da palavra **Alexandre Dias Leite, eleito pela PCP-PEV** para esclarecer a proposta em discussão, e dizer que relativamente a extinção da NATO, apenas tinha citado alguns artigos da Constituição da República Portuguesa que previa um sistema de segurança coletivo, formando blocos políticos militares, tendo como vantagem a defesa da paz. Teceu vários comentários acerca das intervenções anteriores. Poderia acrescentar a palavra invasão à proposta, mas não poderia dizer que as sanções não prejudicavam o povo até porque todos os economistas sabiam que as mesmas tinham



um efeito “bomerang”, pelo que defendiam que a atenuação do conflito, as diligências diplomáticas e o cessar fogo, poderia atenuar a vida a quem estava a sofrer com as sanções. -----

-----Usou da palavra, **Luís Alberto Castro Lopes Vasconcelos Pereira, eleito pelo PS** para esclarecer que o voto contra do PS apenas se prendia com a tomada de posição relativamente às sanções, quando à guerra condenava a.-----

-----De seguida, usou da palavra **Ricardo Jorge Lobo Matos Soares Fernandes, eleito pelo PSP-PPD**, para esclarecer e complementar o que tinha sido referido pelo deputado Vasco Lopes, entendia que havia um elefante no meio desta discussão toda, que se chamava proponente, que era o partido que ultimamente se tinha manifestada de uma forma pública na condenação das ações que tinham vindo a ser feito no sentido de parar a invasão feita pela Rússia. Prosseguiu, dizendo que a paz que o PCP defendia era aquilo que hoje tinha feito constar ou seja a paz que estava escrita num papel, na Constituição, o problema era que essa paz não deixava de matar pessoas, invadir terras, destruir povos que era o que estava a acontecer neste momento. Relativamente às ditas sanções que eram apresentadas em abstrato, eram algo que visavam continuar a financiar a guerra, porque as sanções visavam limitar o financiamento da economia a empresas e oligarcas, eram contra pessoas e empresas concretas, e isso eram sanções e as entidades sancionadas estavam publicadas podendo ser consultadas. Teceu alguns comentários. -----

-----Solicitou, de novo, a palavra **Alexandre Dias Leite, eleito pela PCP-PEV** para dizer que se fosse outra pessoa a propor esse voto, todos já estariam a chorar e votariam a favor. Como era o PCP, custava um pouco, no entanto sabia o porque, tinha a ver com o que se tem vindo a dizer sobre as posições do PCP, o que era diferente das posições do PCP.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação, tendo sido **rejeitada, com um voto a favor**.-----

-----Solicitou a palavra **Gilberto Vítor Cunha Nogueira, eleito pelo Chega**, para dizer que no seguimento do inquérito interno a respeito do concerto de Carlos Pires, houve um relatório que ficou concluído a 1 de outubro de 2020. Houve inclusivamente uma reunião de Câmara em janeiro de 2021 onde o Sr. Dr. Raul Cunha, à data, Presidente da



Câmara, terá referido que o esmo ainda não estava concluído. Nesse sentido, vem o partido Chega Fafe dirigir ao Senhor Presidente desta Assembleia, as seguintes questões: quando tinha tomado conhecimento da conclusão do relatório do referido inquérito; à data de janeiro de 2021, na referido reunião de Câmara, tinha conhecimento da conclusão do relatório e do seu conteúdo; Porque emanou um despacho no sentido de não ser divulgado o relatório quando os juristas da Câmara não apresentaram qualquer motivo para a sua não divulgação; Pensa que o inquérito foi bem conduzido pelos serviços jurídicos da Câmara, em caso negativo, não deveriam os mesmos ser responsabilizados. Prosseguiu dizendo que perante os factos conhecidos, era possível concluir que o Dr. Raul Cunha terá falhado à verdade, não só aos Fafenses, como aos membros do Executivo que liderava. Desse modo, esta conduta coloca a idoneidade política do atual Presidente da Assembleia em causa, pelo que se vem, ao abrigo do artigo do artigo 19º do Regimento da Assembleia Municipal, requerer uma votação dos ilustres membros da Assembleia para a sua destituição.-----

-----Enquanto analisava a proposta do Chega, o Presidente da Mesa deu a palavra a **José Manuel Martins Ribeiro, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”**, para dizer que, como já era do conhecimento desta Assembleia, no dia anterior, tinha-se disputado a final da Taça Europeia de Sub-19, tendo vencido o SL Benfica cujo um dos seus atletas é Fafense, de nome João Resende, pelo que propunha um voto de reconhecimento e congratulação ao mesmo.-----

-----Solicitou a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Aboim, Felgueiras, Gontim e Pedraído, José Adelino Ferreira Gonçalves** para dizer que o atleta era natural da Lagoa, que integrava a União de Freguesia que ele presidia, mas que não tinha tido oportunidade de preparar uma proposta, uma vez que a final tinha sido na véspera, pelo que entendia que se devia ser votada na próxima sessão.-----

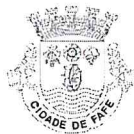
-----Relativamente à proposta apresentada pelo deputado Gilberto Vítor Cunha Nogueira, eleito pela Partido Chega, usou da palavra o **Presidente da Mesa** para dizer que perante a sua redação onde eram colocadas quatro perguntas, pelo que pedia que lhe fosse dado tempo para avaliar as mesmas e que fosse discutida na próxima sessão.

-----Seguiu-se o **período de intervenções**.-----



-----Foi dada a palavra **Pedro Manuel Lopes Magalhães, eleito pelo PSD-PPD**, para dizer que, nas comemorações do 25 de abril, na sua intervenção tinha falado no nós e no eles, nos eleitos e nos eleitores, no descrédito da política e dos políticos e consequentemente no afastamento da sociedade das decisões políticas. Falava na falta de honra política e muitas das vezes a falta à verdade e o branqueamento de incompetências. E, nem de propósito, nas ultimas semanas, tinham vindo a saber que o Presidente da Câmara à data, agora Presidente desta Assembleia, tinham mentido aos seus eleitores, aos seus co-cidadãos, aos seus munícipes, aos seus presidentes de junta. Conclusão trazida pela divulgação, a muito custo, do inquérito interno sobre a realização do Concerto Carlos Pires, levado a efeito pelo Município. Teceu vários comentários políticos.-----

-----De seguida, usou da palavra, **Nuno Vasco Moreira Lopes, eleito pelo PSD-PPD**, para, em primeiro lugar dar os parabéns ao Município pela organização das comemorações do 25 de abril, com justas homenagens a Fafenses maiores. De seguida, parabenizou o Executivo pelo o que tinham conseguido fazer nos primeiros 6 meses de trabalho, importantes para o desenvolvimento do nosso concelho, com destaque para o Acordo com as Infraestruturas de Portugal, para que fosse feito uma ligação à Zona Industrial de Regadas à A7, também, para o projeto da reabilitação das margens dos Rios, para o investimento no saneamento básico, para o protocolo com a Altice para melhor cobertura de rede e a ultima notícia de que irá ser incluído, no Plano Nacional Ferroviário, uma ligação a Fafe e certamente que essas obras irão colocar, novamente, Fafe na senda do desenvolvimento. Também, conforme consta do Boletim Municipal, o Presidente da Câmara tem reunido com os empresários do concelho, para discutirem as suas principais preocupações e dificuldades. Todos sabiam que, estava-se a viver tempo difíceis, de grandes incertezas, com uma guerra na Europa que influenciava os mercados e a economia, o que obrigava a ter mecanismos e medidas mais resilientes. Como era sabido, o Governo tinham lançado 18 medidas para enfrentar a subida de preços para as empresas. Deixava uma recomendação no sentido de se criar, uma linha de apoio do Município para, exclusivamente, prestar apoio às empresas e às famílias, para que possam lidar melhor as dificuldades.-----



-----De seguida usou da palavra, **João Manuel Fonseca da Silva Sousa, eleito pelo PSD-PPD** para dizer que, sendo a sua primeira intervenção nesta Assembleia, queria desejava os melhores votos de sucesso a todos. Eram um honra, após 8 anos como Presidente de Junta da Freguesia de Travassós, ter tido a possibilidade de dar o seu contributo à Fafe, neste Órgão máximo. Procurará sempre dar o seu melhor, dentro da suas competências, para Fafe e para os Fafenses. Tinha sido com satisfação que recebeu a notícias de aprovação do projeto de limpeza das margens do Rio Vizela, Bugio e Ferro. A Agência Portuguesa do Ambiente tinha aprovado um investimento 1,3 milhões com vista à reabilitação e valorização desses rios ao longo de aproximadamente 31 km. Essa intervenção, apostará na melhoria da qualidade da água, proteção do ecossistema, requalificação das margens e promoção da biodiversidade do Município, tendo como propósito, potenciar a fruição das zonas ribeirinhas por parte dos Munícipes e dos seus visitantes. O PSD sempre o tinha defendido, como prioridade ambiental e turística, para o nosso território. Durante anos, era unânime, que essa intervenção era necessário para melhorar as margens dos nosso rios e procurando um equilíbrio. Começando por explorar o potencial que este património tinha para o lazer. Referindo-se ao produto que outros Municípios criavam à volta de algo, talvez inferior à riqueza que Fafe possuía para mostrar. Não conhecia o projeto em pormenor, mas conhecia o território e as pessoas, pelo que questionava a Câmara sobre a existência de um plano para levar a bom porto esse projeto. Tratando-se de um projeto apoiado a 100% por fundos europeus, será que se ia conseguir cumprir o prazo de um ano e meio. Apelava à criação de equipas técnicas camarárias no território. Sabia bem que as competências e os pedidos tem vindo a aumentar e as Juntas de Freguesia tinham sempre os mesmos recursos e pouco apoio técnico especializado no terreno. Atendendo a natureza deste projecto, devia o mesmo ser apresentado às populações, estabelecendo uma estratégia para se cumprir e esperar para 2024 para se conseguir circular desde o Parque da Cidade até à Barragem de Queimadela.-----

-----Foi dada a palavra a **Bruno Manuel da Silva Oliveira, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”**, que iniciou a sua intervenção dizendo que tinha melhorado a divulgação dos eventos em Fafe, mas que haveria



sempre a possibilidade de fazer mais e de uma forma muito simples, como por exemplo, fazer um cartaz, pelo menos em A3, a distribuir por todas as freguesias, para chegar mais próximo das populações. Relativamente a plataforma Fafe Mais, gostava de saber se existia algum relatório, se ainda estava em funcionamento, o que estava previsto para a mesma. Sobre o investimento nas margens do rios, solicitou um esclarecimento acerca da ponte que tinha sido construída junto aos passadiços da Barragem de Queimadela que, durante a campanha eleitoral o Presidente de Câmara mostrou algum desacordo relativamente à mesma sobre o local onde tinha sido implementada, pelo que pretendia saber se existia intenção de abranger uma possível deslocação ou alteração da mesma. Pretendia saber como estava a situação do Royal Center, o Palacete e o Edifício em frente ao Ciné Teatro, eram três edifícios emblemáticos da nossa cidade que estavam degradados.-----

-----Usou da palavra **Ricardo Jorge Alves Fernandes, eleito pelo PS**, para saudar a intervenção do deputado Vasco Lopes. Prosseguiu dizendo que, uma reflexão que devia ser feita sempre que se estivesse perante um executivo que meritoriamente tinha abraçado projetos dinamizadores do concelho seja no imediato, ou a médio/longo prazo. Cada liderança tinha o seu estilo, a sua forma de atuar, as suas ambições. Os sucessivos executivos do Partido Socialista sempre se pautaram pela execução de projetos consolidados em detrimento do lançamento de ideias vazias e megalómanas sem base credível para constituírem uma realidade e deixarem de ser meros objetivos. Vínhamos de um mandato em que praticamente 2 anos foram mutilados pela pandemia que forçou o estabelecimento de prioridades e, imposto que o município se voltasse para as famílias e para as empresas de forma a que tudo fosse feito para suprir as dificuldades com que todos nos deparávamos. O trabalho político passou a ser mais a resposta a essas dificuldades e não tanto a inovação e a inclusão de Fafe em novos desafios. Hoje podia afirmar-se, com alguma segurança, que as condições eram claramente mais favoráveis. Eram poucos os executivos municipais que, mesmo integrados numa dinâmica de continuidade de projeto político com novos protagonistas, ao fim de pouco mais de meio ano de funções conseguiam apresentar uma clara redefinição de prioridades, sem prejudicar todos os avanços até então conseguidos, uma mudança de paradigma comunicativo, não só pela projeção do



Município na imprensa como também pela procura constante em mostrar aos Fafenses tudo o que tem sido feito a seu favor. Reforçamos este apoio quando vemos que é feito para que Fafe se profile como um concelho que não ficará para trás no que ao desenvolvimento diz respeito. Ninguém poderá negar que os programas de cooperação com o Governo, nomeadamente, junto do Ministério das Infraestruturas não trarão apenas mais uma zona industrial, mais uma ligação à autoestrada e um novo meio de transporte coletivo. O acrescento da atratividade do nosso concelho trará frutos para que possamos sonhar mais alto. Se um dia tivemos sonhos e propostas, amanhã teremos projetos e obras. Terminava, a sua primeira intervenção com um voto de louvor pela inclusão de Fafe nas linhas de atuação que irão conduzir ao progresso. Este era o ponto de partida com um fim real à vista e esse fim era o crescimento do nosso concelho. Era clara a proximidade de interação entre empreendedores e decisores políticos e, acima de tudo, o planeamento de estratégias para melhorar as condições de vida dos fafenses direta e indiretamente. Dizer ao Presidente da Câmara que muito do trabalho que tinha sido feito pelo Município, tinha o cunho pessoal dos seus vereadores, mas a responsabilidade máxima das vitórias políticas que este executivo tinha conseguido, e estava certo que muitas mais virão, deviam ser devidamente reconhecidas na sua pessoa. O Partido Socialista mostrou-lhe o seu apoio para levar a bom porto todas as pretensões que tinha para Fafe.-----

-----Foi dada a palavra a **Rui Manuel Carvalho Ribeiro, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”**, tendo iniciado a sua intervenção questionando o Presidente da Câmara sobre a intervenção nos parquímetros do centro da cidade, se as substituições estava a ser feitas por modelos mais modernos, com pagamento eletrónico, “Via Verde” e aplicação para telemóveis como sugerido, pelo FS, em 2021. Se sim, congratulavam o Executivo por ter dado resposta a uma questão que há muitos anos preocupava os Fafenses. Ainda, relacionado com este assunto, questionou o Executivo sobre a existência de alguma alteração ao regulamento em vigor sobre as taxas de estacionamento e de contra-ordenação. Uma vez que entendia que este era o momento ideal para o fazer. Deu como exemplo, em vários concelhos, caso um veículo esteja estacionado sem ter o título de pagamento visível, o valor aplicado era igual ao valor restante até ao final daquele período, ou seja,



o utente pagava até ao final do dia, um valor que poderia rondar entre a taxa mínima e os 5 a 6 euros. Em Fafe, nas mesmas circunstâncias, o utente tinha de pagar 30 euros, independentemente dos fatores que o levaram a transgredir, da reincidência ou do pagamento voluntário imediato. Ou seja, um utente que transgrida fora de Fafe pagava, no máximo um dia de estacionamento. Um utente que transgrida em Fafe, porque, por exemplo, não conseguiu abandonar o local onde se encontrava e não consegue alargar o período através do telemóvel porque o sistema não o permitia, quando chegar ao veículo contava com uma multa de 30 euros, valor equivalente a um cartão de estacionamento mensal. Com a implementação de um sistema de pagamentos eletrónicos resolver-se-ia esta arbitrariedade que castigava os cidadãos fafenses justos por definição.-----

-----De imediato, usou da palavra **Ricardo Jorge Lobo Matos Soares Fernandes, eleito pelo PSD-PPD**, para dizer que relativamente à Zona Industrial de Regadas, estavam a falar de um investimento cujos Empresários trabalhavam com tempos e previsões, pelo que era importante haver previsão para a sua conclusão. Sobre a ligação da A7 à Zona Industrial de Regadas, era importante clarificar se tinha sido anunciado apenas um estudo ou se se tinha iniciado efectivamente já uma intenção configurada de uma obra. Congratulou-se com a iniciativa do Presidente da Câmara em ter-se deslocado a Lisboa para lembrar Fafe, quanto à ligação ferroviária.-----

-----Usou da palavra, **Pedro Nuno Bastos Freitas, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”**, para falar sobre a reposição do passeio na Parque da Cidade e pedindo a resolução desse problema que trazia transtorno aos seus utilizadores, remeteu à mesa umas fotografias de uma passadeira existente no local.-----

-----De seguida, usou da palavra **José Manuel Martins Ribeiro, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”**, para colocar algumas questões ao Presidente da Câmara. Relativamente, a casa do Ruival tinha sido demolida pelo que pretendia saber se se tinha havido uma razão específica. Quanto à água do passadouro, sabia o porquê de existir uma placa colocada a dizer água não vigiada, no entanto pretendia saber se a Câmara procedia à sua análise periodicamente. Sobre o Plano Estratégico que o Presidente da Câmara tinha anunciado, gostava de saber qual o ponto



de situação. Relativamente ao Parque da Feira Velha, tinha reparado que o mesmo abria todo o dia ao sábado, ao domingo e aos feriados, como alias era a proposta de recomendação aprovada pela Assembleia, no entanto entendia que era ilegal uma vez que não existia deliberação nesse sentido. Solicitou esclarecimento sobre os proprietários das frações da Cumieira, se iam pagar as obras realizadas no seus blocos e como. Sabia que tinha sido publicado um livro sobre o mandato passado e um boletim municipal, entendia que era simpático fazer chegar um exemplar a cada um dos Membros da Assembleia. Por fim, solicitou esclarecimentos sobre as obras que estavam a decorrer na Rua João Crisóstomo, nomeadamente se o Parque de Estacionamento será subterrâneo ou à superfície. Teceu vários comentários políticos. Finalizou, dizendo que relativamente ao Inquérito do concerto, o Presidente da Câmara à data, revelou uma inabilidade a rondar quase a incompetência porque esta questão podia ter morrido à nascença, este era uma caso elucidativo de como era perturbador para a discussão e para a democracia, a Câmara não tinha agido como deveria. Teceu vários comentários acerca deste assunto.-----

-----O **Presidente da Mesa** usou da palavra para dizer que não se devia fazer juízos precipitados sem ouvir e respeitar, e que na próxima reunião este assunto seria discutido.-----

-----Foi dada a palavra a **Alexandre Dias Leite, eleito pelo PCP-PEV**, para dar nota de que algumas passadeiras na cidade estavam mal sinalizadas por falta de tinta. Constava-se que a Câmara ia proceder à obras nas traseiras do Tribunal, e pelo que viu no desenho que foi publicado no jornal, será destruído o espaço verde lá situado. Tanto se falava em ambiente, em alterações climáticas e para dar mas visibilidade a uma estátua, ia destruir-se um espaço verde que, como todos sabiam, contribuíam para controlar as temperaturas e manter a biodiversidade, pelo queria saber se era essa a intenção da Câmara.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que prestou os seguintes esclarecimentos:-----

- Em primeiro lugar, deu conta de que hoje tinham sido enviados convites a todos os Membros desta Assembleia para querendo e podendo associar se as Conferências que iam fazer, trazendo a Fafe os Senhores Presidentes da República;-----



- Relativamente as propostas apresentadas, nomeadamente sobre os Feirantes pelo Alexandre Leite, dizer que já tinha sido realizada pelo Vereador Raul Cunha uma reunião com os mesmos, transmitindo-lhes a impossibilidade de manter a redução das taxas em 50%, por imposição legal tendo sido, também, informados de que aquando da próxima revisão da Tabelas de taxas o valor dos terrados serão reduzidos;-----
- Agradeceu a intervenção do deputado Vasco Lopes, que ia ao encontra da intervenção feita por Ricardo Fernandes;-----
- Relativamente à intervenção que ia ser feitas nas linhas de águas, dizer que já tinha sido realizada uma reunião com todas as Juntas e que entendia que era possível realizar as obras no prazo previsto;-----
- Quanto à divulgação dos eventos, a mesma tinha melhorado e ainda iria melhorar mais;-----
- Quanto ao programa Fafe Mais, o mesmo não tinha tido grande sucesso, já tinha falado com a Associação Comercial sobre o mesmo, tendo havido pouca adesão por parte dos comerciantes, no entanto tinham aparecido candidaturas aos Bairros Digitais, pelo que iriam tentar enquadrado lo, nos mesmos;-----
- Sobre os passadiços, como já tinha feito referência, ainda não tinha ido ver a obra, ela estava ainda em construção, e que se fosse necessário fazer uma alteração seria feita. Após uma deslocação ao local, depois de concluídos os trabalhos, ainda tinha ponderado fazer o revestimento da ponte a madeira ou dar lhe outro tipo de acabamento. Mas, depois da obra finalizada, a ponte enquadrava se no local;----
- Relativamente as questões relacionados com os prédios degradados, o Royal Center, ainda não tinha resposta da proposta da AMA para instalação da loja do cidadão, alias já era um processo que vinha de trás, o que ocuparia cerca de 2.000 metros do espaço, com entrada pela Avenida 5 de Outubro. Tendo já, por duas vezes, ido a Lisboa para tratar desse assunto, tendo transmitido que não estaríamos disponível para o aluguer do espaço, mas sim na sua aquisição, caso houvesse entendimento quanto ao valor e o compromisso de que a parte restante seria objeto de arranjo também;-----



- Sobre a casa em frente ao Ciné Teatro, a mesma está completamente degradada, e sendo um prédio classificado, apenas as paredes exteriores terão aproveitamento, e o mesmo se passava com o palacete que era propriedade do Estado;-----
- Relativamente ao parquímetros, as máquinas agora colocadas eram modernas, com via verde. Relativamente às taxas, também partilhava da mesma opinião e já tinha dado indicação para desde que a pessoa pagasse no dia, a coima fosse a mínima;-----
- No que dizia respeito a Zona Industrial de Regadas, deu conta que este projeto tinha anos de discussão, tendo sido sempre contemplada nos orçamentos anteriores, tinha solicitado aos serviços para fazer um faseamento da intervenção a fazer. Tinha sido feito em 2015, uma avaliação de todas as parcelas de terreno, pelo que através de um perito oficial, foi feita uma reavaliação atualizada e durante o próximo mês, irão ser notificados os proprietários para se pronunciarem sobre os valores atribuídos e qual as suas posições. Serão feitas as escrituras e nos casos de não haver entendimento, a Câmara tomará posse administrativa dos terrenos, pelo que até setembro, poderiam estar já na posse de todas as parcelas, simultaneamente, na última revisão orçamental já tinha sido incluída a verba do próximo ano de modo a concretizar essas aquisições. Também, estavam a elaborar o projeto para designar os lotes que irão compor a referida zona industrial dotando-a de todas as infraestruturas necessárias. A EN 207 não estava preparada para acolher trânsito de pesados, pelo que se antecipou junto do EP, manifestando a sua preocupação e irá procurar a realização de um projeto que possa resolver esta carência;-----
- Quanto ao Plano ferroviário, procurou saber o que estava planeado para o Vale do Ave onde se incluía Fafe, tendo-lhe sido garantido que Fafe seria incluído nesse mesmo plano;-----
- Relativamente ao passeio do Parque da Cidade, o mesmo iria ser reposto muito em breve;-----
- A casa do Parque da Cidade tinha sido demolida, não existindo nenhum projeto para o local, ela estava devoluta e a ser objeto de vandalismo;-----
- Relativamente à água do Passadouro, o Vereador já tinha tomado nota de que era necessário proceder às análises;-----
- O Plano Estratégico estava numa fase muito avançada;-----



- Relativamente ao Parque da Feira Velha, estava se a seguir a recomendação desta Assembleia;-----
- Quanto às obras da Cumieira, os proprietários terão de pagar as obras executadas nos seus blocos;-----
- O Parque de Estacionamento da Igreja Matriz não era subterrâneo, o projeto já vinha do passado;-----
- Era do seu conhecimento que as passadeiras necessitavam de ser pintadas e que já estavam a tratar do assunto;-----
- Por fim, relativamente aos obras nas traseiras do Tribunal, o local ia ser alvo de uma intervenção.-----
- Entrou-se no **Período da ORDEM DO DIA.**-----
- Ponto dois ponto um** – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal.-----
- A Assembleia tomou conhecimento.**-----
- Ponto dois ponto dois** - Apreciação e votação da Prestação de Contas e Relatório de Gestão relativos ao exercício de 2021.-----
- Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que apresentou o documento dizendo que o mesmo era muito técnico, refletia o exercício do ano anterior. Existia um equilíbrio financeiro que assegurava um conjunto de investimentos.-----
- Solicitou a palavra **Nuno Vasco Moreira Lopes, eleito pelo PSD-PPD**, para questionar a razão pela qual ainda não existir uma Norma de Controlo Interno, e também saber o porquê de alguns créditos/dividas reclamados, nomeadamente pela extinta AMAVE, tal como a Indaqua. Existia uma diferença significativa entre registo contabilístico e a tesouraria. Existia uma nota no Relatório de que o valor do IVA das facturas não correspondia ao valor registado nos rendimentos de 2021. E por fim a não existência de Plano de Contingência no caso de haver um ataque informático, não sabia se tinha sido feita alguma análise sobre os riscos que se poderia correr.-----
- Foi dada a palavra a **Pedro Nuno Bastos Freitas, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”** para dizer que não colocavam em causa a sua capacidade técnica. O que maioritariamente se discutia era a vertente política do conteúdo do documento, e desde logo qual tinha sido a capacidade de execução do



que tinha sido orçamentado. O grande problema dos últimos anos tinha sido a vertente da despesa corrente, que tinha subido de tal maneira deixando o novo executivo com grandes dificuldades em fazer investimentos. Tínhamos uma Câmara que para fazer investimento, ou pedia emprestado ao banco ou necessitava de fundos comunitários. O valor do investimento era muito baixo. O novo Executivo tinha de ter em atenção que era necessário colocar um travão ao crescimento da despesa, porque diminuir-la não seria nada fácil. Chamava a especial atenção para o documento da Proposta da Deliberação assinada pelo atual Presidente, no seu ponto d) “o exercício financeiro de 2021 manteve a gestão rigoroso dos executivos anteriores”. Salientava, também, a possível ou falta do controle interno detetada pelos auditores. O anterior executivo, tinha tentado terminar as obras da Cumieira e as escolas Carlos Teixeira e Secundária, mas que tinham ficado incompletas, quer nas acessibilidades, quer nos pavilhões gimnodesportivos, até hoje ainda se desconhecia o que tinha acontecido à prometida renovação do pavilhão da Escola Secundária. Teceu alguns comentários, uma vez que estávamos no auge da execução dos fundos comunitários a nível nacional, e em Fafe não se viam projetos aprovados. Deu como exemplo, o Nó de Arões para o qual o executivo tinha pedido dinheiro emprestado e não tinha havido e nem haverá qualquer comparticipação do estado central. A Piscina Municipal, igualmente, com um financiamento aprovado, mas também não tinha saído da intenção e ainda não se tinha percebido bem qual era a intenção do novo executivo. Prossegui, dizendo que as contas apresentavam ainda algum equilíbrio, visto terem diminuído e muito as despesas correntes, excecionalmente e essencialmente, por causa das várias iniciativas e eventos que não se realizaram devido ao momento pandémico que atravessávamos, pelo que o mandato do executivo anterior, não deixava as melhores recordações. Tinha ficado vincada a pouca capacidade de fazer investimentos, de captar para Fafe fundos comunitários, e acima de tudo, a grande mancha orçamental do aumento elevadíssimo da despesa corrente. Essas continuavam a ser as suas principais preocupações, que infelizmente, não tinham sido superadas, nesse sentido o Grupo Parlamentar “José Ribeiro por Fafe Sempre” abster-se-á, na referida votação.-----

-----Usou da palavra **Alexandre Dias Leite, eleito pela PCP-PEV**, para dizer que o documento em análise, na apresentação de proposta de deliberação continha, desde



logo, duas falácias, uma de que se tinham mantido uma gestão rigorosa, outra que esta prestação de contas apresentada bons níveis de execução orçamental. Prosseguiu dizendo que, na carta de recomendação da Entidade responsável pela auditoria concluiu que a norma de controlo interno, estava baseada numa já revogada e que, apesar de em junho de 2020, ter sido determinada a redação de uma nova, passado quase dois anos, ainda não tinha sido concretizada, apesar de se entender que era uma ferramenta de grande importância no controlo das operações do Município. Quanto ao imobilizado, constatava-se que existiam imóveis pertencente ao domínio privado, ainda não registados, apesar de inventariados, sendo uma demonstração de falta de zelo pelo património que era de todos. Além dessas, outras situações tinham sido identificadas relacionadas com imóveis e móveis, das quais se verificava negligência grosseira, por parte do Município, na gestão cuidada do património, como por exemplo não identificação de bens imóveis e móveis. Outras discrepâncias tinham sido encontradas quanto à AMAVE, Aguas do Norte e Indaqua, já aqui referidas. O controlo interno do Departamento Informático encontrava-se com fragilidades detetados pelo Auditor às contas do Município, pelo que se devia ter em atenção, até porque um ataque informático podia acontecer a qualquer momento. Apesar da entidade responsável pela auditoria concluir que as demonstrações financeiras estavam em conformidade com as disposições legais, as reservas apontadas não eram de menor importância e demonstravam a desorganização e falta de zelo da Câmara, até porque parte delas já vinham de relatórios anteriores, pelo que questionou para quando estava prevista a resolução dessas gralhas. Sobre a gestão rigorosa, destacava o novo contrato para aquisição de serviços de recolha de resíduos indiferenciados e limpeza urbano no concelho para os próximos 5 anos, que só num ano custo perto de 1 milhão e 400 mil euros, lamentava que se tinha voltado a perder da Câmara reassumir esse serviço, voltando a prestar um serviço de qualidade aos seus Municípes, estabilidade e direitos laborais que, não era o caso, com a empresa. Quanto a realização de evento como o Rally de Portugal, Vodafone Rally de Portugal, Rally Serras de Fafe e outros eventos deste género, com os quais eram gastos largos milhares de euros, sobravam-lhe sérias dúvidas do grande benefício que trazia para o concelho, alias recordando aqui as declarações do Vereador Parcídio Summavielle que referiu, na



imprensa que as Câmaras já se estavam a substituir em demasia aquilo que os promotores deviam fazer. Quando ao forte investimento na área da educação, com prosseguimento do fornecimento de refeições e transportes, urge saber em que era forte o investimento nessa área. Não podia deixar de relembrar, a falta de recursos com que se debatiam as escolas, que ia da falta de recursos humanos à falta de meios materiais ou até ao encerramento de escolas. Quanto aos recursos humanos, em muitas escolas tínhamos professores contratados precários à vários anos e muitos auxiliar contratados em regime de tarefeiros à hora, sem carreiras, todos eles mal remunerados. Essa precariedade, também, atingia os trabalhadores das cantinas escolares, a Câmara tinha pago 400 mil na categoria de cantinas escolares ao contratar uma ou várias empresas privadas para prestarem esse serviço de refeições e ao não assumir esse serviço de responsabilidade, não deixava de ser conivente com toda essa situação. Teceu vários comentários sobre os serviços prestados por essas empresas. Pelo que pretendia, agora que a Câmara tinha assumida as competências nessa área, saber se era sua intenção regularizar a situação desses trabalhadores e retomar a gestão das cantinas escolares. Prosseguiu dizendo que, apesar dos feirantes em 2021, terem visto a manutenção dos valores a pagar reduzidos, e segundo constava, a feira de Fafe era das mais caras do distrito. Os micro pequenos e médios empresários eram os motores da economia fafense, reclamavam para que fosse mais longes na medidas adotadas. Para aqueles que não conseguiram pagar as rendas, e veem a sua qualidade de vida deteriorar-se, assistem ao anúncio da Altice Portugal a quem o Município tinha cedido direitos de superfície de um edifício multi funcional, tinham obtido um lucro de saber 850 milhões de lucro. As contas certas e o equilíbrio financeiro de pouco serviram aos Fafenses, não lhe trouxeram soluções para as problemas do concelho. Para terminar, a taxa de execução orçamental não se podia considerar que estava num bom nível. Elencou os muitos aumentos na despesas correntes, teceu vários comentários sobre o recurso a ajuste direto para contratação de serviços. Rejeitavam esta gestão, pela incapacidade e por não servir os interesses dos Fafenses.-----

-----Usou da palavra, também , **Anabela Cunha Martins, eleita pelo PS**, para dizer que o extenso relatório técnico que estava a ser apreciado mostrava o que era a complexidade do exercício de funções do executivo numa Autarquia com a dimensão



de Fafe. Por muito se que queira combater o sucesso deste Executivo, os números e os factos falavam por si, era certo como já tinha sido discutido várias vezes nesta Assembleia que existiam alguns pontos menos positivos, nomeadamente no que dizia respeito à despesa corrente, no entanto a explicação para esse aumento era a simples execução da gestão normal municipal. As instituições publicas deviam procurar sempre manter os seus orçamentos com a estabilidade desejada e, nos últimos anos, o Município tinha conseguido o equilíbrio financeiro que permitia gerir de forma confortável os gastos impostos pela atividade diária e investir na melhoria das infraestruturas e na promoção do concelho, mantendo a taxa do IMI na taxa legal, reduzir o encargos para as empresas com uma taxa baixa de Derrama e mesmo assim conseguia manter a sua situação financeira saudável e com um crescente volume de investimento. Estavam elencados todos os movimentos de peso do Município, entre os quais se destacavam os custos com as requalificações urbanas e valorização dos espaços desportivos e de lazer, a melhoria da eficiência energética dos edifícios públicos e a construção de equipamentos para albergar valências que estavam em falta no Município. A Câmara honrava os seus compromissos apostando em saldar as suas dívidas e tempo record e não se encontrando qualquer valor por liquidar por um período que excedesse os 90 dias. Atendendo aos aumentos de competências assumidas, teremos que encarar o aumento da despesas com trabalhadores. Finalizou dizendo que todos ser podiam orgulhar por pertencer a um Município que viu as suas contas aprovadas pelas entidades fiscalizadores externas, pelo que o PS congratulava-se por estar ao lado deste executivo e votará favoravelmente esta proposta.-----

-----O **Presidente da Câmara** prestou os esclarecimentos solicitados.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada a proposta a votação tendo sido **aprovada, por maioria, com 2 votos contra e 12 abstenções.**-----

-----**Ponto dois ponto três** - Apreciação do Mapa de Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação – ano de 2021;-----

-----Não havendo intervenções, a **Assembleia tomou conhecimento.**-----

-----**Ponto dois ponto quatro** - Apreciação e Votação da 4ª Alteração Orçamental - 2ª Alteração Modificativa (Revisão) 2022;-----



[Handwritten signatures]

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para dizer que esta revisão se justificava pela abertura desta nova ação para participar a realizar do nó de acesso, os restos eram simples ajustes da receita. -----

-----Solicitou a palavra **Alexandre Dias Leite, eleito pela PCP/PEV**, para dizer que continuávamos na mesma linha que vinha de trás, com reforço de verbas, com o argumento da delegação de competência o executivo aproveitava para fazer um reforço de revisões para rubricas que, mais uma vez, comprovavam as opções que tinham, opções essas que promoviam a precariedade, como no caso da questão das cantinas, já hoje aqui abordada, ou a continuidade de aquisição de serviços que deveriam ser assumidos pela própria Câmara. Quando à preocupação dos detentores de cargos políticos não era verdadeiramente o bem estar da população, da melhoria da qualidade de vida, da defesa dos direitos laborais, o que tinha feito era apenas passar o cheque, revelando a sua verdadeira opção de classe. Com este estilo de gestão, parecia-lhe que era garantido que, já na próxima assembleia, haverá mais uma revisão orçamental, em si poderá não ser uma coisa má, mas revelava o navegar à visto deste executivo.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação, tendo sido **aprovado, por maioria, com um voto contra, aprovar.**-----

-----**Ponto dois ponto cinco** - Apreciação e Votação da Proposta de Descentralização de Competências – Concretização da Descentralização de Competências dos Municípios para os Órgãos das Freguesias – Decreto-Lei 57/2019, de 30/04;-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que esta descentralização de competência já vinha de muito tempo atrás, era apenas uma formalização. Tinha reunido com todas as Juntas, transferindo lhes todas as competências que estavam disponíveis para aceitar, apenas não tinha sido transferidas as que entenderam não terem condições de as executar.-----

-----Solicitou a palavra **Alexandre Dias Leite, eleito pela PCP/PEV**, para dizer que, aproveitando que estávamos em abril, relembrar aqui o Poder Local, como expressão e conquista de Abril, como parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder, concordando com o papel fundamental que desempenhavam. Discordavam, no



entanto, quando se dizia que nos últimos anos se tinham afirmado a valorização do poder local, designadamente no que à descentralização de competências se referia. O peso da participação da administração local, se comparado com a evolução do PIB ou do conjunto das despesas do Estado, encontrava-se, hoje, desvalorizado e era resultado de sucessivos incumprimentos da Lei das Finanças Locais ou suspensões arbitrárias da sua aplicação, em que os níveis de financiamento que lhes eram devidos, se mantinham por recuperar. Adicionado a este incumprimento, tínhamos a progressiva transferência de encargos, que deram origem a maiores dificuldades das autarquias em promover investimentos e em assumir outras responsabilidades e competências que lhes eram próprias e, não raro, tinham conduzido à subordinação das opções de investimento, não às necessidades reais das populações e às prioridades e objetivos próprios das autarquias, mas as imposições externas ditadas pelas disponibilidades de financiamento, comunitário ou outro. Assim, a proposta de descentralização de competências, mais não era do que aquilo que acabavam de descrever, transferiam-se os encargos, mas não se transferiam os recursos. Não havia autonomia local, que defendiam, sem os recursos, financeiros e humanos, de que as autarquias careciam. Dar mais atribuições administrativas às autarquias, com o argumento de que estavam mais próximas das populações, sem lhes dar meios financeiros e humanos compatíveis, equivalia a negar a descentralização. Esta transferência o que fazia era empurrar para as juntas de freguesia encargos, calculados tendo por base acordos de execução que vigoraram em anos anteriores, não tendo em conta fatores relevantes como a inflação ou o aumento dos salários. Quanto à externalização, não concordando com a transferência destas competências, a serem feitas, defendiam que estas deviam ser concretizadas com recursos a meios próprios e não com recurso à externalização. Aliás, no que à externalização de serviços dizia respeito, tinham conhecimento das dificuldades que se tinham vindo a verificar na contratação de empresas para estes efeitos, podendo estar em risco, por falta de meios próprios ou de oferta no dito “mercado” a efetiva concretização dos mesmos. Além de não concordar com esta forma de descentralização, também tinham sérias dúvidas que fosse a forma de melhor defender e salvaguardar o interesse das populações, principalmente porque os meios para as concretizar serem insuficientes e, ou não se cumpriam, na sua plenitude, as



competências transferidas, ou se alocavam outras verbas que não lhe eram destinadas, ficando a população sempre a perder. Por essas razões, iriam votar contra esta proposta. -----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação, tendo sido **aprovado, por maioria, com dois votos contra e 5 abstenções, aprovar.**-----

-----Pelo Partido Chega foi apresentada a Declaração de Voto que faz parte integrante da presente ata.-----

-----**Ponto dois ponto seis** - Apreciação e Votação da Proposta de Contrato Inter-Administrativo com a Junta de Freguesia de Fafe sobre o Cemitério Municipal de Fafe;--

-----Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que este assunto já tinha sido votado nesta Assembleia que apenas tinham sido alterados os valores que foram reajustados com a Junta de Freguesia.;-----

-----Solicitou a palavra **Alexandre Dias Leite, eleito pela PCP/PEV**, para dizer que também provava que a verba prevista inicial era muito insuficiente. No expediente que lhe tinha sido enviado, o contrato interadministrativo iniciava-se por uma contraproposta remetida pela Junta de Freguesia à Câmara de Fafe, que previa o dobro do valor inicialmente previsto, tendo analisado os documentos anexos parecia lhe que os mesmos padeciam de um erro nos cálculos apresentados relativamente ao valor do salário, tendo tecidos vários comentários sobre a forma como tinha sido conduzido este processo. Eram transferidas obrigações e não os meios suficientes para as executar, pelo aqui só existia um beneficiário que era a Câmara.-----

-----Usou da da palavra **Honorato Manuel Peixoto da Silva, eleito pelo PSD-PPD** para questionar o porquê de existir um a verba alocada ao Cemitério de Fafe e não para todos as outras freguesias.-----

-----Pelo **Presidente da Câmara** foi esclarecido que se tratava do Cemitério Municipal que era da competência exclusiva do Município, ou era assegurada pelo próprio ou poderia ser transferida para a Junta, acreditava ter havido um lapso no valor inicial. E não era verdade que o mesmo estava abandonado. Nas restantes freguesia, a gestão dos cemitérios era uma competência própria da Junta.-----



-----Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação, tendo sido **aprovado, por maioria, com um voto contra, aprovar.**-----

-----**Ponto dois ponto sete** - Apreciação e Votação da Proposta de Regulamento Municipal do Sistema de Partilha de Bicicletas;-----

-----Usou da palavra o Rui Manuel Carvalho Ribeiro, **eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”** para solicitar alguns esclarecimentos sobre o registo, que segundo o Regulamento, deverá ser feito no balcão único e no Posto de Turismo, não seria importante existir uma plataforma digital com pagamento eletrónico, será que não se corria o risco de alguém querer utilizar o serviço às 21 horas, e estar impedido de o fazer por não ter onde fazer o registo. Relativamente ao cartão do utilizador, o que face ao avanço da tecnologia não era necessário utilizar um documento físico. A área de utilização permitida era o concelho de Fafe, mas não estavam previstas quais estações nas freguesias, era um erro no texto e a área a utilizar era apenas a área urbano, e nesse contexto era aconselhável anexar um mapa com as delimitação da área permitida. Ainda sobre as estações, pareciam escassas. Não estavam previstas, além das freguesias, locais de densidade populacional ou outros, como o Sol Poente, Porto Seguro, ou até a Piscina Municipal, o Parque de Campismo de Queimadela, as escolas de Revelhe, Arões ou Silvares, apenas alguns exemplos, quanto tínhamos 4 estações separadas por 300 a 500 metros entre elas e tendo em conta que o documento apronta como objetivo a criação de alternativas aos meios de transportes disponíveis, pelo que tendo em contas estas observações o Grupo Parlamentar “José Ribeiro por Fafe Sempre” irá abster-se nesta votação.-----

-----Usou da palavra **Alexandre dias Leite, eleito pelo PCP-PEV**, que referiu que pelo reconhecimento da importância das matérias de mobilidade se iria abster nesta votação, apesar da falta de planeamento sério, da falta de respostas que esta medida tenta ofuscar e da recusa no detalhe minucioso que este regulamento exigia.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação foi **aprovada por maioria, com sete abstenções.**-----

-----O Partido Chega apresentou uma declaração de voto que faz parte integrante da presente ata.-----



----- **Ponto dois ponto oito** - Eleição de Representante para a Comissão Consultiva de 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Fafe;-----

-----O **Presidente da Mesa** informou que tinha chegada à mesa uma proposta apresentada pelo PS, indicando o Presidente da Junta de Freguesia de Arões Santa Cristina.-----

----- Colocada a votação foi **aprovada, por maioria, com 3 votos contra, 14 votos em branco e 31 votos a favor, eleger o Presidente da Junta de Freguesia de Arões Santa Cristina, Manuel Nobre.**-----

----- **Ponto dois ponto nove** - Eleição de Representante (um Autarca de Freguesia) para o Conselho Cinegético para a Gestão e Conservação da Fauna Municipal;-----

-----O **Presidente da Mesa** informou que tinha chegada à mesa uma proposta apresentada pelo PS, indicando a Presidente da Junta de Freguesia de Golães;-----

----- Colocada a votação foi **aprovada, por maioria, com 14 votos em branco e 34 votos a favor, eleger o Presidente da Junta de Freguesia de Golães, Manuela Jordão.**-----

-----**Ponto dois ponto dez** - Eleição de Representantes (dois Autarcas de Freguesia) para a Comissão Municipal para a Gestão Integrada de Fogos Rurais;-----

-----O **Presidente da Mesa** informou que tinha chegada à mesa uma proposta apresentada pelo PS, indicando os Presidentes da Junta de Freguesia de Aboim, Felgueiras, Gontim e Pedraído, José Adelino Gonçalves e da Junta de Freguesia de Moreira do Rei e Várzea Cova, Júlio Tiago Alves;-----

-----Colocada à votação foi, **aprovada, por maioria, com 14 votos em branco e 34 votos a favor, eleger os Presidente da Junta de Freguesia de Aboim, Felgueiras, Gontim e Pedraído, José Adelino Gonçalves e Presidente da Junta de Freguesia de Moreira do Rei e Várzea Coa, Júlio Castro Alves.**-----

-----Foi colocada à votação a ata da sessão ordinária de 25/02/20221, tendo sido **aprovada, por unanimidade.**-----

-----Usou da Palavra **Alexandre Dias Leite**, eleito pela Coligação PCP/PEV para dizer que existiam lapso que deveriam ser corrigidos, a saber o Voto de Congratulação



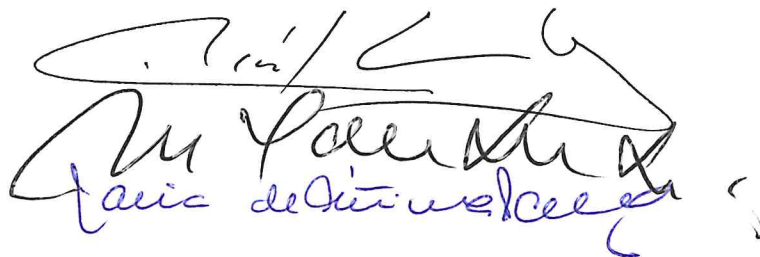
pela Eleição dos Deputados tinha sido aprovado por maioria e não por unanimidade, bem como na página 8 onde se dizia interpolado, deve ler-se interpelado. Terminou, dizendo que era obrigatório constar da ata a a sua reclamação sobre o conteúdo da mesma. Era verdade que tinha sido anexado a sua intervenção, mas que não havia razão para não constar na mesma um resumo da sua intervenção. -----

-----Terminada a Ordem de Trabalhos pelo Primeiro Secretário foi efetuada a leitura da minuta da ata da presente sessão que, colocada a votação, **foi aprovada, por unanimidade.**-----

-----Foi dado a palavra ao publico, não havendo intervenções.-----

-----Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão quando eram uma hora e dez, do dia vinte e sete de abril de dois mil e vinte e dois.-----

-----E, nos termos legais e regimentais, se lavrou a presente ata que, nos termos do artigo cinquenta e sete do Anexo I da Lei número setenta e cinco de doze de setembro de dois mil e treze, será assinada pelos Membros da Mesa.-----





MOÇÃO

Por ocasião do aniversário da Revolução de Abril

A Revolução de Abril constitui uma realização histórica do povo português, um ato de emancipação social e nacional.

O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido de um empolgante levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional, culminando uma longa e heroica luta, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais.

O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efetiva autonomia administrativa e financeira.

A ampla participação popular e o intenso trabalho realizado pelas comissões administrativas, logo após o 25 de Abril, teve consagração com as

primeiras eleições livres para os órgãos das autarquias locais, em dezembro de 1976. O Poder Local Democrático afirmou-se operando profundas transformações sociais e com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, nalguns casos até, excedendo em larga medida as suas competências.

Comemorar Abril, relevando o que o poder local representa enquanto conquista desse momento ímpar da nossa história coletiva, exige que se lhe reconheça as condições para o exercício das suas atribuições e competências.

Não basta tecer elogios ao poder local sem que se lhe atribuam os meios indispensáveis à sua autonomia e os recursos para o pleno exercício das suas responsabilidades.

Não basta repetir loas à descentralização e, ao mesmo tempo, manter bloqueada a criação das regiões administrativas que, 46 anos depois de estar consagrada constitucionalmente, está por cumprir.

Não basta enaltecer a capacidade de realização das autarquias quando se tem em vista transferir competências sem meios financeiros correspondentes num processo que é, sobretudo, de desresponsabilização do Estado por funções que lhe competem e de transferência de encargos para as autarquias. Não basta falar das vantagens de proximidade quando se quer alijar responsabilidades centrais e, ao mesmo tempo, teimar em manter por repor e devolver ao povo as mais de mil freguesias liquidadas contra a vontade das populações.

As comemorações da Revolução de Abril, no ano em que se assinalam os 46 anos da Constituição da República, deve ser um momento para afirmar o Poder Local e o que ele representa de espaço de realização de direitos e aspirações populares. Um momento de afirmação da democracia, tanto mais atual quanto se desenham e se assumem abertamente projetos reacionários e antidemocráticos.

Comemorar Abril é também, nas atuais circunstância, fazer uma afirmação de confiança no futuro, apontar o sentido de vivência coletiva, de partilha e de participação como indispensáveis à realização humana e à felicidade.

Face ao exposto Assembleia Municipal de Fafe, reunida a 26 de Abril de 2022, delibera:

1. Saudar as comemorações do 25 de Abril, saudar todos os autarcas, trabalhadores, movimento associativo e toda a população, que se associaram às comemorações de Abril no nosso concelho;
2. Continuar, enquanto órgão de Poder Local Democrático, nascido com a Revolução de Abril, a defender a democracia, a Liberdade, a Paz, fazendo da Constituição da República Portuguesa um guia de ação para o aprofundamento da Democracia nas suas vertentes política, económica, social e cultural.



1º de Maio

DIA INTERNACIONAL DO TRABALHADOR

Comemorar uma luta histórica

Foi, precisamente conscientes da necessidade de humanização no mundo do trabalho que, no dia 1 de Maio de 1886, centenas de milhares de operários de Chicago encetaram uma luta histórica: a greve geral pela jornada de oito horas de trabalho diário. A violenta repressão associada à justeza da reivindicação e os seus reflexos a nível internacional determinou a declaração do dia 1 de Maio como o Dia Internacional dos Trabalhadores.

Desde então, o movimento operário e sindical internacional reforçou a sua organização, alargou e envolveu na ação uma sociedade sedenta de justiça social, de paz, de liberdade, de democracia e de igualdade. Lançou, assim, pontes para o futuro, assumindo um papel central e determinante para os nossos dias.

Desde então as lutas dos trabalhadores têm contribuído decisivamente para significativas conquistas nas relações de trabalho, a construção de um valioso património civilizacional e um quadro de referências que dá dimensão democrática às sociedades.

De realçar a importância de que se reveste a organização do movimento sindical. Organizado, local, nacional e internacionalmente interage na defesa de um objetivo comum: a defesa da dignidade das mulheres e dos homens trabalhadores.

A dinamização do sector produtivo, o emprego de qualidade, o combate à precariedade, o acesso dos jovens ao trabalho digno, os salários justos e a melhor distribuição da riqueza, habitação, educação, saúde, bem como igualdade de acesso aos bens sociais, são alguns exemplos da atualidade destes temas. Muitos seres humanos morrem sem que a sua voz seja ouvida. Por isso, mobilizar e envolver na justa luta por uma vida melhor, para que coletivamente se encontrem soluções, é o desafio.

Contra a exploração e o empobrecimento, urge a mudança de políticas. O País tem futuro dando prioridade aos trabalhadores e ao povo português. São necessárias políticas que respondam aos problemas sociais, às necessidades das pessoas, ao desenvolvimento do país. A Constituição da República Portuguesa consagra direitos sociais para todos, como o direito à educação, à saúde e à segurança social. O Estado Social é obra de todos, sendo financiado por impostos e por contribuições sociais, pelo que existe solidariedade, de natureza nacional e profissional que tem de ser mantida e reforçada.

Não podemos permitir que se substituam serviços públicos universais pelo mercado, por negócios como aquele que se quer fazer com a saúde. Não podemos aceitar serviços para pobres e serviços para ricos. Defendemos e lutamos pela justiça fiscal e social para todos.

O país não está condenado ao definhamento. Os trabalhadores, o povo português e a juventude têm força bastante para que em ação articulada combatam o afundamento do país e o abram a um caminho novo, vinculado aos valores de Abril.

Por isso, urge reforçar, esclarecer e mobilizar os trabalhadores e a população para travar este declínio económico e social, que de “crise” em “crise” se afunda cada vez mais.

Face ao exposto Assembleia Municipal de Fafe, reunida a 26 de Abril de 2022, delibera:

1- Saudar o 1º Maio e as suas conquistas laborais, apelando à mobilização da população da cidade de Fafe, aos trabalhadores e às trabalhadoras e à juventude para que transformem as comemorações e manifestações do 1º de Maio, em exigência por um Portugal de progresso, livre, soberano e ao serviço do seu povo, um Portugal com Futuro;

2- Remeter a presente moção:

- Ao Senhor Presidente da República;**
- Ao Senhor Presidente da Assembleia da República;**
- Ao Senhor Primeiro-Ministro;**
- Aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República;**
- À Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional – CGTP-IN; e**
- À União Geral dos Trabalhadores – UGT.**



Moção

A SITUAÇÃO DOS FEIRANTES NO CONCELHO DE FAFE

Em Fafe e no País, a atividade de feirante continua a desempenhar um relevante papel no comércio a retalho (não sedentário). Muitos são os homens e mulheres que, através de uma dura vida laboral, dinamizam a economia local, diversificam a oferta de bens de consumo a baixo custo, sendo ainda importante elemento de afirmação de identidade local.

Os impactos da Pandemia que ainda se fazem sentir, acrescidos do aumento do custo de vida, têm implicações diretas naqueles que compram e vendem na feira semanal. Para a melhoria das condições da atividade, assegurando-se normas e meios que permitam o exercício profissional do feirante com plena dignidade, é indispensável levar por diante medidas concretas, para além do reconhecimento e da valorização do trabalho levado a cabo pelos Feirantes.

Para o PCP, os feirantes não podem ser esquecidos. No momento presente, impõe-se, não ignorar, nem abandonar os feirantes, mas sim valorizar e apoiar, reconhecendo toda a importância da feira na economia local, com medidas imediatas.

Assim, a Assembleia Municipal de Fafe, reunida a 26 de abril de 2022, delibera:

- A criação de um Gabinete de apoio aos Feirantes para assegurar a informação sobre todos os apoios existentes e consultoria para mitigar os efeitos da crise e promover a recuperação económica;
- Que se promova a instalação de pontos elétricos no recinto da feira, para uso dos feirantes;
- Que se baixe em 50%, com efeitos imediatos, o valor que os feirantes têm de pagar pela sua licença de venda na feira semanal de Fafe.

Voto de Pesar Pelas vítimas da guerra na Ucrânia

Ninguém pode ficar indiferente ao sofrimento e destruição associados à guerra seja ela qual for. A morte, a perda de vidas humanas é sempre a face mais visível da guerra e deve ser forte razão para que esta seja evitada

O artigo sétimo da Constituição da República Portuguesa determina uma posição nas relações internacionais que deve servir de orientação à intervenção do Governo português neste conflito. O ponto dois deste artigo afirma que “Portugal preconiza a abolição do imperialismo, do colonialismo e de quaisquer outras formas de agressão, domínio e exploração nas relações entre os povos, bem como o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança coletivo, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos”.

É preciso pôr fim à guerra que tem lugar na Ucrânia desde há oito anos e que não devia ter começado. Urge inverter a escalada de confronto económico e belicista em curso e defender a paz. É necessário assegurar as condições para um cessar-fogo e uma solução negociada, travar o aproveitamento da guerra e das sanções como pretexto para agravar as condições vida dos trabalhadores e dos povos.

Não existe saída para este conflito que não passe pelo fim imediato da intervenção militar da Rússia na Ucrânia e na intensificação de conversações de Paz que estabilizam entre os dois países.

Perante isto, a Assembleia Municipal de Fafe, reunida a 26 de abril de 2022, delibera:

- **Manifestar o apoio e solidariedade total a todos os civis atingidos por este conflito;**
- **Apelar ao diálogo entre os governos da Ucrânia e da Rússia, de forma a haver um cessar-fogo e um caminho para a Paz entre as duas nações.**

- Recomendar que o governo português atue conforme o estabelecido na Constituição da República Portuguesa, ajudando na atenuação e resolução do conflito;
- Reiterar todo o apoio a quaisquer iniciativas institucionais, do movimento associativo ou de grupos de voluntários a favor do apoio humanitário que visem colmatar as necessidades urgentes do povo.



Junta de
Freguesia
26.4.2022

DECLARAÇÃO DE VOTO

Relativamente à proposta n.º 2.5- “Proposta de Descentralização de Competências – Concretização da Descentralização de Competências dos Municípios para os órgãos das Freguesias – Proposta da Câmara Municipal – Decreto-Lei 57/2019, de 30 de Abril”, vem o Partido CHEGA dizer o seguinte:

1. Estranhámos que numa proposta intitulada “Proposta de Descentralização de Competências – Concretização da Descentralização de Competências dos Municípios para os órgãos das Freguesias” a CMF venha propor, na verdade, a manutenção no âmbito de intervenção do município, no que diz respeito a todas as freguesias do concelho, as competências elencadas nas alíneas d), g), h), i), j) e m), do n.º 1 do artigo 2º do DL 57/2019;
2. Pelo que, apesar de transferir para a esfera da competência das freguesias as restantes competências indicadas no mesmo artigo, promove, com esta proposta, uma centralização de determinadas competências e não o inverso;
3. Esta centralização é justificada pela CMF na sua proposta com uma “manifesta insuficiência de recursos humanos e técnicos por parte das Juntas de Freguesia do Concelho para concretizar algumas das competências, designadamente as mais complexas, como os licenciamentos de utilização e ocupação de via pública, afixação de publicidade, autorização da atividade de exploração de máquinas de diversão, autorização de colocação de recintos improvisados e outras”;
4. Ora, se a CMF entende que as Juntas de Freguesia padecem de insuficiência de recursos humanos e técnicos, devem dotar as referidas Juntas destes recursos, fazendo mais e melhor, traçando planos e objetivos nesse sentido, e não retirar-lhes competências que lhes estão genericamente atribuídas por decreto;
5. Pode dizer-se que esta proposta em nada abona a autonomia das Juntas, o progresso da administração do Estado nem a dita descentralização;
6. Pelo contrário, ao manter na sua esfera de competência as competências de licenciamento, por exemplo, a CMF está a promover o clientelismo, as “cunhas” e o amiguismo – algo que não se coaduna com os valores defendidos pelo Partido CHEGA.

Assim, face ao exposto, o partido CHEGA vota CONTRA a proposta em epígrafe.



Assembleia Municipal de Fafe, 26 de abril de 2022

Gilberto Vítor Cunha Nogueira

Deputado Municipal do Partido CHEGA



Handwritten signature and date: 26.6.2022

DECLARAÇÃO DE VOTO

Relativamente à proposta n.º 2.7- “Regulamento Municipal do Sistema de Partilha de Bicicletas”, vem o Partido CHEGA dizer o seguinte:

1. Saudamos a iniciativa de promover um Sistema de Partilha de Bicicletas no Município de Fafe;
2. Concordamos que é um passo em frente no que diz respeito à mobilidade urbana sustentável, contribuindo para a saúde pública, para a promoção do exercício físico e para a diminuição de gases poluentes e circulação automóvel na cidade;
3. Deste modo, votaremos a favor da referida proposta com a seguinte ressalva – É dever do Município dotar a cidade das infraestruturas necessárias para a circulação de bicicletas, nomeadamente no que diz respeito ao trânsito e sinalética, ao estado do pavimento, aumento de ciclovias e condições para parar e estacionar os velocípedes.

Assim, face ao exposto, o partido CHEGA vota a FAVOR a proposta em epígrafe.

Assembleia Municipal de Fafe, 26 de abril de 2022

Gilberto Vítor Cunha Nogueira

Deputado Municipal do Partido CHEGA